



Projeto Básico

(Base legal: Lei federal nº 14.133/2021)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR (CONTINUIDADE) OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DOM JOSÉ PATRICK – CRECHE PRÉ-ESCOLA TIPO 2 (220V/SAPATA), PADRÃO FNDE, QUE SE ENCONTRA PARALISADA COM 19,51% DAS OBRAS EXECUTADAS, SITUADA NA RUA PEDRO PAULO BARCAUÍ, S/N, LOTE 02, QUADRO 38, CEP 68.545-000, SETOR PARAÍSO, PAU D'ARCO – PA

Pau D'Arco – PA



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



2024

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CLASSIFICAÇÃO DA OBRA E DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1 A Obra em questão foi classificada como **Obra comum de engenharia** por tratar-se de obra que possuem menos de 2.000 m² de área construída e um único pavimento cuja mão de obra, equipamentos e materiais utilizados são padronizáveis e amplamente disponíveis no mercado, os métodos construtivos têm responsabilidade técnica assumida por arquiteto, engenheiro ou técnico com registro no conselho profissional (que atenda aos requisitos previsto no edital), bem como os objetos contratados são de conhecimento geral e possuem muitas características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive por parte do executor da obra, o operário da construção civil.
- 1.2 O objeto da licitação será a Contratação de empresa de engenharia especializada para executar (Continuidade) obra de Construção da Escola Municipal de Ensino Infantil Dom José Patrick – Creche Pré-Escola Tipo 2 (220V/SAPATA), Padrão FNDE, que se encontra paralisada com 19,51% das obras executadas, situada a Rua Pedro Paulo Barcauí, s/n, Lote 02, Quadro 38, Setor Paraíso, Pau D'Arco - PA.
- 1.3 A contratação será regida pelas normas e princípios estabelecidos na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e demais legislações aplicadas a matéria.

2. VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

- 2.1 A duração da vigência será:
 - 2.1.1 A vigência será **12(doze)** meses a contar da data da assinatura do contrato.
- 2.2 O prazo para execução do contrato será de **240(duzentos e quarenta)** dias a contar 10 (dez) dias úteis da emissão da **Ordem de Serviço** emitida pela Prefeitura Municipal de Pau D'arco/PA.

3. CUSTO ESTIMADO

- 3.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.936.710,61 (um milhão, novecentos e trinta e seis mil, setecentos e dez reais e sessenta e um centavos), conforme projeto executivo em anexo.

4. FUNDAMENTO E JUSTIFICATIVA ACERCA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Visando atender ao TC 202002999/2020, PROCESSO Nº 23400.001729/2019-12, firmado entre o Município de Pau D'Arco e o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO através do FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE cujo objeto é a Construção de uma Escola Municipal de Ensino Infantil Dom José Patrick – Creche Pré-Escola Tipo 2 (220V/SAPATA), Padrão FNDE, que se encontra paralisada com 19,51% das obras executadas, situada na Rua Pedro Paulo Barcauí, s/n, Lote 02, Quadro 38, Setor Paraíso, Pau D'Arco - PA.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



5. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

- 5.1 A prestadora de serviços será selecionada por meio da realização de processo de licitação, na modalidade de **Concorrência Pública**, sob a forma **ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de menor preço**, conforme planilha de orçamento na extensão “.xls” a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo levados também em consideração critérios objetivos definidos no Edital, que não deverão contrariar as normas e princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/21.
- 5.2 O regime de execução será o de empreitada por preço global.

6. LOCAL DA OBRA

- 6.1 O local para realização da obra será na Rua Pedro Paulo Barcauí, s/n, Lote 02, Quadro 38, Setor Paraíso, Pau D'Arco - PA.

7. VISTORIA PRÉVIA

- 7.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.
- 7.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 7.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.4 A vistoria deverá ser programada pelo licitante, junto ao Departamento de Licitação, localizado na sede da Prefeitura Municipal de Pau D'Arco, sito à Avenida Boa Sorte, S/Nº – Paraíso – Pau D'Arco-Pará, CEP: 68.545-00 e/ou pelo e-mail: paudarcolicitacao@gmail.com, com título de e-mail: “ PROGRAMAÇÃO DE VISITA TÉCNICA ”, de Segunda a Sexta-Feira, em dias de efetivo expediente no órgão, no horário de 08h as 14h, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, que antecedem a abertura da licitação.
- 7.5 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação conforme modelo anexo do edital.
- 7.6 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 8.1 A obra deverá ser executada dentro das condições gerais desta contratação e em total conformidade com o projeto executivo fornecido pelo FNDE e prefeitura Municipal de Pau D'Arco e as Normas Técnicas da ABNT no que couber.
- 8.2 A construção da escola é a solução que visa criar instalações adequadas para o cuidado, educação e desenvolvimento de crianças em idade infantil.
- 8.3 A solução envolve criação de espaços físicos e ambientes educacionais que atendam às necessidades das crianças e promovam seu crescimento saudável e aprendizado.
- 8.4 Assim, após o planejamento consignado no estudo técnico, mostra-se viável a Contratação de empresa de engenharia especializada para executar obra de conclusão da Escola Municipal de Ensino Infantil Dom José Patrick – Creche Pré-Escola Tipo 2 (220V/SAPATA), Padrão FNDE, que se encontra paralisada com 19,51% das obras executadas, situada a Rua Pedro Paulo Barcauí, s/n, Lote 02, Quadro 38, Setor Paraíso, Pau D'Arco – PA, na qual foi cuidadosamente avaliada e apresenta viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental, segundo condições e especificações previstas no Estudo Técnico Preliminar.
- 8.5 A Contratada deverá prestar assessoria técnica à Contratante para elaboração de laudos e pareceres quando forem solicitados, durante a execução do contrato, desde que compatíveis com o objeto contratual disposto neste documento.
- 8.6 É de responsabilidade da contratada seguir todas as Normas Reguladoras referentes a segurança do trabalho.
- 8.7 A CONTRATADA deve seguir o Guia de Boas Práticas em Sustentabilidade da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, que contém orientações específicas sobre como executar os serviços de forma sustentável.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (INCISO XXV DO ART. 6º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21)

- 9.1 O tipo da contratação se trata de uma Obra, de natureza não continuada (contratação por escopo predefinido, conforme art. 111, da lei 14.133).
- 9.2 **Padrões Mínimos de Qualidade:**
 - 9.2.1 Segurança Estrutural: A estrutura deve ser segura e resistente. Deve atender às regulamentações de segurança contra incêndio e oferecer rotas de fuga.
 - 9.2.2 Qualidade dos Materiais: Utilização de materiais de construção adequados e de qualidade.
 - 9.2.3 Boas Práticas de Construção:



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



- I - É também de responsabilidade da CONTRATADA manter a higidez das instalações no local da obra;
- II - Deverá dispor de todos os meios necessários para que a segurança de seus funcionários seja mantida, bem como de quaisquer transeuntes na área onde serão executados os trabalhos;
- II - Todos os operários deverão estar trajados com uniforme da empresa, bem como adequadamente identificados.
- 9.3 Em situações de grave e iminente risco, a FISCALIZAÇÃO poderá paralisar a obra total ou parcialmente sem, contudo, deixar de ser contado o prazo de execução dos serviços.
- 9.4 Não será admitida a **SUBCONTRATAÇÃO** do objeto contratual.
- 9.5 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da obra ou prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL**.

Exigências de habilitação

- 10.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.2.1 Habilitação Jurídica:

- I – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- II – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- III – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



- I – Inscrição cadastro nacional de pessoas jurídica (CNPJ);
- II – Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal;
- III – Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante;
- IV – Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
- V – Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- VI – Declaração de ausência de trabalhadores menores de 16 anos (salvo aprendizes) e de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos (art. 7º, inc. XXXIII da CF).

10.2.3 Qualificação Técnica:

- I – Apresentação de profissional, registrado no conselho profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes;
- II – Certidões ou atestados **(Deverá(ão) constar, preferencialmente, no(s) atestado(s) de capacidade técnica ou na(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA e/ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término das obras ou serviços; local de execução; nome do contratante e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA e/ou CAU; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados)**, emitidos pelo conselho profissional, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como avaliações da Administração em contratos administrativos anteriores;
- III – Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- IV – Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial (quando for o caso);
- V – Registro ou inscrição na entidade profissional;
- VI – Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Quanto à capacitação técnico-profissional:

- I – A capacitação técnica do(s) profissional(is) será(ão) atestada(s) mediante a apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida(s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, com as respectivas ARTs/RRTs dos serviços, que comprove(m) a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, conforme Art.67, §1º e §2º da Lei nº 14.133/2021**



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



com descrição de seus quantitativos em nome do(s) responsável(is) técnico(s). O(s) profissional(is) deverá(ão) comprovar a execução dos seguintes tipos de serviço:

- SISTEMAS DE COBERTURA: Estrutura steel frame metálica e Telha Sanduiche metálica;
- REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO: Chapisco, Emboço, Emboço paulista, Reboco, Revestimento cerâmico de paredes, Forro de gesso acartonado e Forro em fibra mineral;
- SISTEMAS DE PISOS: Contrapiso de concreto, Piso cimentado desempenado, Piso cerâmico, Pintura de base epóxi sobre piso e Piso vinílico em manta.

II – A Certidão de Acervo Técnico – CAT será exigida dos profissionais, legalmente habilitados, os quais responderão como responsáveis técnicos pela execução da obra: Engenheiro Civil/Arquiteto para comprovação da execução dos serviços.

III – Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar da obra ou serviço objeto, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que seja solicitada formalmente e aprovada pela fiscalização.

Quanto à capacitação técnico-operacional da licitante:

I – Capacitação técnico-operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) em papel timbrado fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado identificado em nome da licitante, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT do profissional responsável técnico do serviço que detém a certidão, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do edital.

II – A licitante deverá comprovar a execução dos serviços e quantitativos mínimos abaixo descritos, os quais se referem às parcelas de maior relevância e valor significativo da obra - Determinados de acordo com Art.67, §1º e §2º da Lei nº 14.133/2021, com valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação e com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas:

- SISTEMAS DE COBERTURA: Estrutura steel frame metálica e Telha Sanduiche metálica;
- REVESTIMENTOS INTERNO E EXTERNO: Chapisco, Emboço, Emboço paulista, Reboco, Revestimento cerâmico de paredes, Forro de gesso acartonado e Forro em fibra mineral;
- SISTEMAS DE PISOS: Contrapiso de concreto, Piso cimentado desempenado, Piso cerâmico, Pintura de base epóxi sobre piso e Piso vinílico em manta.

10.2.4 Qualificação Econômica-Financeira:



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



I – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (art. 69, inc. I da Lei 14.133/2021);

II – Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (art. 69, inc. II da Lei 14.133/2021).

III – As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

IV – Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.2.4.1 A administração poderá exigir a apresentação da “relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira” (art. 69, § 3º da Lei 14.133/2021).

11. DA PROPOSTA DE PREÇO

11.1 A proposta de preço deverá ser apresentada com valor global, de acordo com o objeto, consignando claramente o preço final do produto, expressa com apenas duas casas após a vírgula, em reais (R\$), datada, assinada, contendo a razão social da empresa licitante, número do CNPJ, endereço, e-mail e telefone para contato.

11.2 Não serão aceitas propostas de preços opcionais ou condicionais, sendo desconsideradas as propostas que contiverem emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas, borrões ou espaços em branco, que possam suscitar dúvidas, especialmente em se tratando de valores, assim como serão desconsideradas as propostas que não atenderem a qualquer exigência contida no presente Projeto Básico e no Edital de Licitação.

11.3 A licitante deverá observar os preços máximos, bem como o quantitativo e serviços previstos na Planilha Orçamentária deste documento, sob pena de desclassificação da proposta.

11.4 Nos preços propostos e apresentados na Planilha Orçamentária pela licitante, deverão estar computados todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços.

11.5 Apresentar o orçamento detalhado com a composição do custo de cada atividade, sob pena de desclassificação da proposta, a qual deverá ser preenchida de acordo com as informações dispostas em anexo a esse projeto básico. Não serão permitidas alterações de descrições, unidades e quantidades de serviços.

11.6 Para fins de composição do preço, a licitante deverá considerar os custos com recursos humanos e com recursos materiais e serviços suficientes e adequados para execução de cada atividade descrita na planilha de referência.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



- 11.7 Apresentar a Composição de Encargos Sociais e Trabalhistas e Previdenciários, adequadas à política salarial de utilização de mão-de-obra. Os preços propostos deverão remunerar os custos necessários à perfeita execução dos serviços. Não sendo admitidos erros de soma que modifiquem o valor da proposta.
- 11.8 Apresentar a Composição de BDI utilizada pela licitante, conforme recomendações TCU.
- 11.9 Nas composições de custos unitários não serão admitidos a supressão total ou parcial dos encargos complementares, nem ultrapassar o valor de referência.
- 11.10 No caso de as propostas apresentarem indícios de inexequibilidade (com valores inferiores a 75% do custo estimado pela Administração Pública), que sejam passíveis de diligência, deve ser objetivamente fundamentada para que comprove a compatibilidade dos custos dos insumos com os de mercado para a sua comprovação. Não serão admitidas: cotações ou propostas de terceiros, contratos com outros órgãos ou empresas privadas e notas fiscais de serviços de outros contratos.
- 11.11 A proposta deverá ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.
- 11.12 Nas divergências entre valores grafados em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

12. GARANTIA DA PROPOSTA E CONTRATO

- 12.1 Será exigida a garantia da proposta como requisito obrigatório de pré-habilitação conforme versa o art. 58 da Lei no 14.133/2021, no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, e será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
- 12.2 A garantia de proposta poderá ser prestada através das modalidades previstas no art. 96, §1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a saber:

“Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

§ 1º Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I -caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sobe forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei no 14.770, de 2023)".

- 12.3 Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

13. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 13.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 13.2 Durante a execução dos serviços todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO e NBR, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou Econômica.
- 13.3 O período para execução dos serviços será, em regra, de segunda a sexta-feira das 07h às 17h, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execução no período mencionado, a pedido da contratada para eventual cumprimento do prazo, os serviços poderão ser executados nos finais de semana, feriados ou no período noturno, mediante autorização do contratante, a critério do gestor/fiscal, sem ônus para a administração.
- 13.4 A CONTRATADA deverá executar a obra e serviços em conformidade com os projetos fornecidos e/ou aprovados pela CONTRATANTE e observar as especificações de serviços e materiais, bem como o cronograma físico-financeiro.
- 13.5 A FISCALIZAÇÃO poderá autorizar o emprego de materiais ou equipamentos que apresentem a mesma qualidade técnica, desempenham idêntica função construtiva e as mesmas especificações exigidas dos materiais ou equipamentos especificados. Ou seja, o material ou equipamento deverá ser análogo ou equivalente totalmente ao originalmente especificado, analogia total ou equivalência. Porém, a FISCALIZAÇÃO poderá exigir de qualquer material empregado no serviço o "Certificado de Conformidade", expedido pelo INMETRO e o teste ou ensaio normalizado pela ABNT. Deverão ser apresentadas amostras do material análogo, similar ou equivalente para aprovação.
- 13.6 Todas as imperfeições decorrentes da execução dos serviços deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, sem qualquer acréscimo a ser pago pela CONTRATANTE.
- 13.7 Qualquer paralisação deve ser comunicada de imediato ao Fiscal de Contrato, assim como apresentados os motivos por escrito.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



- 13.8 A CONTRATADA manterá no canteiro, Diário de Obras, com o registro das alterações de projetos e/ou especificações que acaso venham a ocorrer.
- 13.9 É de competência da CONTRATADA, registrar, no diário de obras, todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a Fiscalização, neste mesmo diário, confirmar ou retificar o registro.
- 13.10 A execução dos serviços será iniciada após emissão da Ordem de Serviço que será emitida pela Prefeitura Municipal de Pau D'arco/ Departamento de projeto / Engenharia, cujas etapas observarão o cronograma físico financeiro:
- 13.10.1 Conforme previsto no Cronograma Físico Financeiro o prazo par a execução do objeto da contratação será de 240(duzentos e quarenta) dias.

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1 Rotinas de Fiscalização Contratual:

- 14.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e às normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, caput).
- 14.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, §5º).
- 14.1.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 14.1.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 14.1.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 14.1.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



14.1.7 Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

14.1.8 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

14.1.9 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

14.1.10 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

15.1 Critérios de Avaliação: A avaliação da execução do objeto utilizará o Boletim de Medição (BM), Memória de Cálculo e Relatório Fotográfico, de acordo com os termos a seguir:

15.1.1 Parcelas mensais (intervalo mínimo de 30 dias corridos) com valor mínimo de 5% do valor da obra;

15.1.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.1.2.1 Não produza os resultados acordados;

15.1.2.2 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou,

15.1.2.3 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.3 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.1.4 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.1.5 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.1.6 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.2 Do Reajuste Contratual

15.2.1 O Contrato deverá ser reajustado após o prazo decorrido de 12 (doze) meses com data-base vinculada à data do orçamento estimado conforme estabelecido no artigo. 92, § 3º da nova Lei das Licitações (Lei 14.133/2021).

15.2.2 Deverá ser utilizado como base o Índice Nacional de Custo da Construção Civil, INCC - DI fornecido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

15.3 Do Recebimento e Aceitação do Objeto

15.3.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha orçamentária, memória de cálculo detalhada e relatório fotográfico.

15.3.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

15.3.3 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

15.3.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.3.5 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

15.3.7 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- 15.3.8 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 15.3.9 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 15.3.10 Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 15.3.11 Enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 15.3.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertencer à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 15.3.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 15.3.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.4 Da Liquidação

- 15.4.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 15.4.2 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) descrição dos serviços;
 - f) o valor a pagar; e
 - g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



- 15.4.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 15.4.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.4.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 15.4.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 15.4.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 15.4.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.5 Do Prazo de Pagamento

- 15.5.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 15.5.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.5.3 O pagamento decorrente da prestação dos serviços, objeto deste Projeto, será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Seguridade social e Regularidade Trabalhista vigente.
- 15.5.4 A liberação do pagamento da primeira fatura ficará condicionada a:



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



- 15.5.5 Apresentação, pela Contratada, do comprovante de inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) na Receita Federal para fins previdenciários.
- 15.5.6 Retenção na fonte do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), incidentes sobre a obra ou a prestação do serviço, se for o caso.
- 15.5.7 A liberação dos demais pagamentos ficará condicionada à apresentação mensal, pela Contratada, das guias de recolhimento, comprovando o pagamento dos tributos e contribuições sociais a seguir referidos: do INSS (Seguridade Social) e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 16.1 As decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na Lei Orçamentária Municipal nº 887 de 26 de dezembro 2023, para o exercício de 2024, na classificação abaixo.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1 Todos os serviços, serão executados sob responsabilidade direta e exclusiva da Contratada, resguardada a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos em cada atividade.
- 17.2 A entrega do serviço não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato, e por força das disposições legais em vigor no Código Civil Brasileiro.
- 17.3 A Contratada deverá providenciar toda e qualquer documentação necessária à execução dos serviços contratados.
- 17.4 As obras e serviços objeto deste Projeto deverão ser executados em sua integralidade pela Contratada, compreendendo a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, até a sua entrega, atendidos os requisitos técnicos, ambientais e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas à finalidade para a qual foram contratadas.
- 17.5 Ao final da obra deverá ser providenciado, pela Contratada: Projeto ASBUILT da Obra, laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando a obra, alvará de "habite-se" emitida pela Prefeitura, certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis e a baixa da ART e/ou RRT de todos os envolvidos, junto ao CREA e/ou CAU em cuja jurisdição for exercida a atividade, entregando à Fiscalização da Contratante toda a documentação referente a essas providências.
- 17.6 As obras e os serviços executados pela Contratada encontram-se especificados nos ANEXOS, constituindo-se partes integrantes deste documento, que demonstram a



ESTADO DO PARÁ
MUNICÍPIO DE PAU D'ARCO
GABINETE DO PREFEITO



visão global dos investimentos necessários e as definições quanto aos níveis de serviço que deverão ser atendidos.

ANEXOS:

Projeto Executivo.

Pau D'Arco - PA, 08 de maio de 2024.

Elaborado por:

Documento assinado digitalmente
gov.br YURY POLICARPO DIAS AQUINO
Data: 29/07/2024 09:09:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Yury Policarpo Dias Aquino
Engenheiro Civil – CREA-PA nº 152227041-8
Portaria nº 034/2024 – GPM/PD

Aprovado por:

Documento assinado digitalmente
gov.br HERBETI DONIZETE CLEMENTE
Data: 29/07/2024 09:17:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Herbeti Donizete Clemente
Secretário de Educação
Decreto nº 97/2024 – GPM/PD



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PA20241163884

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará

INICIAL

1. Responsável Técnico

YURY POLICARPO DIAS AQUINO

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1522270418**

Registro: **1522270418PA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DARCO**

AVENIDA BOA SORTE

Complemento:

Cidade: **PAU D ARCO**

Bairro: **SETOR PARAISO**

UF: **PA**

CPF/CNPJ: **34.671.016/0001-48**

Nº: **S/N**

CEP: **68545000**

Contrato: **034/2024**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 5.000,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

RUA PEDRO PAULO BARCAUI

Complemento: **LT 02 / Quadra 38**

Cidade: **PAU D ARCO**

Data de Início: **26/07/2024**

Previsão de término: **26/08/2024**

Bairro: **SETOR PARAISO**

UF: **PA**

Nº: **S/N**

CEP: **68545000**

Coordenadas Geográficas: **-7.830185, -50.039845**

Finalidade: **Escolar**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DARCO**

CPF/CNPJ: **34.671.016/0001-48**

4. Atividade Técnica

1 - DIRETA

Quantidade

Unidade

65 - Laudo > CONSTRUÇÃO CIVIL - CONSTRUÇÃO > EDIFICAÇÕES DE ALVENARIA > #87 - EDF.
 DE ALVENARIA PARA FINS ESPECIAIS

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ART de elaboração de um laudo do tipo " Projeto Básico" para fins de licitação.

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-PA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

- Declaro que estou cumprindo as regras de colocação e manutenção de placa legível e visível ao público enquanto durar a execução da obra, instalação e serviços, conforme estabelecido no artigo 16 da lei federal 5.194/66.

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

Documento assinado digitalmente

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NAO OPTANTE



YURY POLICARPO DIAS AQUINO

Data: 29/07/2024 09:28:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____

Local

data

YURY POLICARPO DIAS AQUINO - CPF: 700.481.202-27

FREDSON PEREIRA DA

SILVA:65002121268

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAU DARCO - CNPJ: 34.671.016/0001-48

Assinado de forma digital por FREDSON

PEREIRA DA SILVA:65002121268

Dados: 2024.07.26 12:27:22 -03'00'

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 99,64**

Registrada em: **25/07/2024**

Valor pago: **R\$ 99,65**

Nosso Número: **10361315**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-pa.sitac.com.br/publico/>, com a chave: wW493

Impresso em: 25/07/2024 às 13:07:49 por: , ip: 187.62.236.130

